

Jornal de Brasília

Lustosa da Costa ANC pag 8

Constituinte vai agitar a política

O ano de 1987 exigirá do presidente José Sarney e de seus ministros, trabalho redobrado na área política. É que no funcionamento e operação da Assembleia Nacional Constituinte, cada um é dono do próprio nariz. Desfalece o papel dos líderes. O constituinte é convocado a votar cada dispositivo da nova Carta Magna, segundo sua consciência e seus compromissos, pouco lhe importando o que está pensando ou querendo o líder do governo ou da oposição.

É claro que a Constituinte não correrá solta, como se tivesse sido eleita exclusivamente para reescrever o pacto social, como se a antiga ordem jurídica tivesse ruído ao tropel das multidões enfurecidas. Não. O governo não poderá deixar de acompanhar e procurar influir na escritura do novo pacto por suas implicações de ordem interna e externa, principalmente no que diz respeito ao capítulo da ordem econômica-social.

Embora haja previsões de uma assembleia conservadora, há sempre receios de que quando forem colocadas, na mesa de discussões, questões delicadas como o pagamento de indenização de terras desapropriadas para a reforma agrária, estatização do sistema financeiro, direito de greve, exploração das riquezas minerais de nosso sub-solo por empresas estrangeiras. O deputado Roberto Cardoso Alves precisará pedir orientação ao líder Pimenta da Veiga para votar quando se discutir a reforma agrária? O deputado Ronaldo Coelho fará o mesmo no tocante à reforma bancária. O mesmo ocorrerá na bancada do Senado. Cada um votará por si.

Ao lado disso, a Constituinte, entre outras questões políticas, definirá o período de duração do mandato do presidente José Sarney. Tal uma matéria, mais que qualquer outra, a sofrer diretamente a influência do quadro sócio-político da época em que fora examinada. Se o período de governo de Sarney tivesse sido examinado em junho de 1986, quando seu prestígio alcançara brilho solar, graças ao Plano Cruzado, os seis anos não seriam nem questionados. O eventual desgaste, resultante dos reajustes no Plano Cruzado, poderá estimular, no recinto da assembleia, o acoadamento dos defensores das «Diretas Já», restando, porém, saber se o governo continuará descendo degraus de sua popularidade e se a proposta de amputação do mandato de Sarney interessa, agora, ao PMDB e a seu constringido sócio no poder, o PFL.

O que há de certo em tudo isso é que o governo terá muito o que fazer. Não se tratará apenas de apaziguar a área trabalhista, através do pacto social e a área financeira externa, através da renegociação da dívida. A política exigirá muito esforço pessoal do presidente José Sarney e de seus ministros junto ao novo universo político-parlamentar que eles não conhecem totalmente, principalmente devido à elevada taxa de renovação que a Câmara, na proporção expressiva de 62%. O contato terá de ser feito diretamente junto aos constituintes para que eles produzam documento consoante o espírito e as conveniências da Nova República.